

Nota Informativa

Edição 158/2024

DESTAQUES

Presidente Lula sanciona lei que institui novos programas de apoio a microempreendedores e amplia acesso ao crédito

Fazenda propõe unidade no Cade para ambiente digital e cooperação com Anatel e ANPD

Programa de garantia do BNDES destina R\$ 3,88 bi para MEIs e MPMEs, em sete dias

Governo defende Lei das Bets e diz que vai obrigar empresas a adotar ações contra o vício

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Veto a prazos estendidos da Lei de TICs faz indústria rever investimentos de longo prazo

Brasileira é eleita diretora-geral da ITSO

Anatel notifica empresas para começar a tirar do ar bets que não foram autorizadas pelo governo

CGI.br defende Marco Civil da Internet como referência para moderação da internet

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo abre debate sobre a base tecnológica da reforma tributária

CAE vai debater transição e fiscalização da reforma tributária

Cenários de reforma da renda incluem a tributação de milionários, confirma Haddad

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Serviços têm queda leve em agosto após atingirem recorde da série histórica, aponta IBGE

Governo terá parte do 'dinheiro esquecido' agora e pede que Senado resolva erro de

redação em lei

JUDICIÁRIO

TST dá posse à nova direção para o biênio 2024-2026

SAÚDE

Estabelecimentos de saúde brasileiros avançam na digitalização, mas habilidade em informática aplicada à área ainda é reduzida entre os profissionais do setor, revela pesquisa

TRABALHISTA

Brasil deve formar e requalificar 14 milhões de profissionais até 2027

Ministério do Trabalho e Emprego atualiza regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

DESTAQUES

Presidente Lula sanciona lei que institui novos programas de apoio a microempreendedores e amplia acesso ao crédito

Poder Executivo | 10/10/2024 – 18h25min

Foi publicada na quinta-feira, 10 de outubro, em edição extra do Diário Oficial da União, a [Lei Nº 1.725](#). Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil. O Governo Federal oficializou, assim, uma série de medidas voltadas para a inclusão produtiva e a recuperação financeira de microempresários e microempresas no Brasil, e que visam incentivar o mercado de crédito e promover o desenvolvimento sustentável. A sanção presidencial é fundamental por várias razões. Assim como outros países, o Brasil enfrentou sérias dificuldades econômicas nos últimos anos, agravadas por fatores como a pandemia e a crise inflacionária global. Muitos microempreendedores e pequenas empresas, pilares essenciais da economia nacional, sofreram uma queda significativa na receita e no acesso ao crédito. A recuperação desses negócios é crucial para retomar a geração de empregos, aumentar a produção e a circulação de renda no país. Fonte: ASCOM Secom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda propõe unidade no Cade para ambiente digital e cooperação com Anatel e ANPD

Poder Executivo | 10/10/2024 – 17h31min

O Ministério da Fazenda divulgou na quinta-feira, 10, relatório onde apresenta propostas para aprimorar a concorrência no ambiente das plataformas digitais. Entre as propostas, está a criação de uma unidade especializada dentro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para ser responsável pela implementação da nova ferramenta pró-competitiva neste ambiente. Além disso, para criar um ambiente digital mais competitivo a Fazenda propõe a criação de um fórum de cooperação interinstitucional entre o Cade e outros órgãos federais como Anatel, ANPD e Senacon, para temas relacionados a mercados digitais. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Programa de garantia do BNDES destina R\$ 3,88 bi para MEIs e MPMEs, em sete dias

Poder Executivo | 10/10/2024

Com a expectativa de inserir mais R\$ 30 bilhões em operações garantidas no último

trimestre do ano o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC) realizou R\$ 3,88 bilhões em financiamentos (13% do estimado para o período), em apenas sete dias. O registro ocorre uma semana após o anúncio da possibilidade de alavancar mais R\$ 100 bilhões em crédito por meio dos instrumentos do programa de garantia do BNDES, feito no dia 1º de outubro. Para isso, foram feitas contratações com 22 dos mais de 40 agentes financeiros habilitados a operar o programa. Estima-se que, por meio do FGI PEAC, mais de 200 mil operações sejam aprovadas nos próximos 18 meses, contribuindo para fomentar o investimento e criação de emprego e renda de microempreendedores individuais (MEIs) e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Fonte: ASCOM BNDES

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo defende Lei das Bets e diz que vai obrigar empresas a adotar ações contra o vício

Poder Executivo | 09/10/2024 – 18h47min

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um conjunto de medidas adotadas – e que serão adotadas – pelo governo federal para fiscalizar e acompanhar as bets no Brasil. Entre as resoluções, destacam-se as que protegem o apostador e criam novos requisitos que obrigam os operadores das bets a adotar políticas contra o vício e à lavagem de dinheiro. As propostas estão em discussão no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7721, que tem como relator o ministro Luiz Fux. O documento da AGU defende a Lei das Bets ([14.790/2023](#)), afirmando que o ministério da Fazenda, por meio da portaria SPA/MF 1.475, tem regulamentado as empresas de apostas de quota fixa, além de definir a destinação do dinheiro arrecadado pela autorização para que as bets funcionem no país. Cada autorização rende R\$ 30 milhões aos cofres públicos – dinheiro esse que será usado em setores como a saúde, Polícia Federal (PF) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Fonte: JOTA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Veto a prazos estendidos da Lei de TICs faz indústria rever investimentos de longo prazo

Poder Executivo | 11/10/2024 – 12h55min

O veto do governo federal ao [artigo 11 da Lei 14.968/24](#), que modificou a Lei de TICs e criou o programa Brasil Semicon voltado a semicondutores, já leva a indústria de tecnologia nacional a rever aportes de longo prazo no País. O artigo previa benefícios fiscais até 31 de dezembro de 2073 para indústrias do setor de TICs, caso houvesse previsão na lei de diretrizes orçamentárias, assim como já acontece para as indústrias de tecnologia da Zona Franca de Manaus. Sem ele, os benefícios valem só até 2029. Por isso o setor está à espera de apreciação do tema pelo Legislativo. As empresas de fora da ZFM defendem que o Congresso Nacional derrube o veto. Dessa maneira, afirmarão implementar um cronograma de investimentos com efeitos para além de cinco anos – prazo determinado na lei da forma como foi sancionada. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasileira é eleita diretora-geral da ITSO

Poder Executivo | 11/10/2024 – 11h31min

Na quarta-feira, (9/10), por 80 votos contra 10, a brasileira Renata Brazil-David foi eleita diretora-geral da Organização Internacional de Satélites de Telecomunicações (ITSO, na sigla em inglês). Ela concorria contra Xiaoyang Gao, da China. A eleição foi realizada durante a Assembleia de Partes da ITSO, que ocorreu entre 8 e 10 de outubro em Washington, Distrito de Colúmbia (DC), Estados Unidos da América (EUA). Em seu discurso de apresentação da candidata Renata Brazil-David, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, destacou a importância histórica da eleição, pela primeira vez, de uma mulher para o posto máximo da entidade. Os esforços da campanha foram realizados de forma conjunta entre a Anatel e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O resultado bem-sucedido representa mais um espaço ocupado pelo Brasil em posições de relevo em organismos internacionais. A ITSO é uma organização

intergovernamental com 149 estados-membros, com sede em Washington, DC (EUA), e que tem por missão a prestação de serviços públicos e a difusão do acesso à conectividade com o uso da tecnologia satelital. Suas atribuições incorporam o princípio estabelecido na Resolução 1721 (XVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA, na sigla em inglês), que define que "todas as nações devem ter acesso a comunicações por satélite". Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel notifica empresas para começar a tirar do ar bets que não foram autorizadas pelo governo

Poder Executivo | 10/10/2024 – 17h18min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) informou na quinta-feira (10) que notificou empresas prestadoras de serviço para começarem, a partir de sexta (11), a tirar do ar bets não autorizadas. "Caberá a cada uma das prestadoras tomar as providências técnicas necessárias para implementar essa determinação, a partir de sexta-feira, 11/10. O tempo para a execução do bloqueio dependerá das medidas empregadas pelas prestadoras, conforme suas especificidades", informou a Anatel em nota. Termina na quinta o prazo dado pelo Ministério da Fazenda para apostadores sacarem o dinheiro que está depositado em empresas de apostas (bets) irregulares. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CGI.br defende Marco Civil da Internet como referência para moderação da internet

Poder Executivo | 10/10/2024

O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, no uso das atribuições que lhe confere o [Decreto nº 4.829/2003](#), e tendo em vista a iminência de ingresso na pauta, pelo Supremo Tribunal Federal, dos Temas de Repercussão Geral 533 e 987, em que se discutem, entre outros, a responsabilidade civil dos intermediários na Internet por conteúdo gerado por terceiro, e a constitucionalidade do artigo 19 da [Lei 12.965, de 23 de abril de 2014](#), também conhecida como Marco Civil da Internet. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo abre debate sobre a base tecnológica da reforma tributária

Poder Executivo | 11/10/2024 – 05h01min

Base tecnológica da reforma tributária, o "split payment" começa a ser discutido na próxima semana entre governo e setor privado. O diálogo deverá ficar concentrado em meios de pagamento e empresas de tecnologia, disse ao Valor o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária Daniel Loria. "Vamos priorizar entidades de abrangência nacional", disse. "Um grande interlocutor será a CNF [Confederação Nacional das Instituições Financeiras], que está com um grupo de trabalho avançado internamente, representa muita gente do setor de pagamentos." Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CAE vai debater transição e fiscalização da reforma tributária

Poder Legislativo | 10/10/2024 – 17h50min

Na transição da reforma tributária, as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) serão revisadas anualmente pelo Senado Federal para que a carga tributária não aumente. Este é um dos aspectos que serão debatidos na terça-feira (15), a partir das 14h em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os convidados para a reunião vão analisar os impactos da reforma tributária em relação à transição e à fiscalização. A audiência é a última da série prevista no plano de atividades do grupo de trabalho que analisa a regulamentação da reforma, antes da apresentação do relatório final, previsto para 22 de outubro. Segundo o Ministério da Fazenda, durante a transição para o novo modelo tributário, os preços de alguns produtos e serviços poderão cair e outros, subir. Um dos objetivos da reforma é garantir que esses ajustes sejam graduais. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cenários de reforma da renda incluem a tributação de milionários, confirma Haddad

Poder Executivo | 10/10/2024 – 16h40min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o governo apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quatro cenários com propostas para a reforma da renda, que incluem a tributação mínima para milionários. Ao deixar a sede do ministério na tarde de quinta-feira, 10, o ministro disse que os textos são avaliados por Lula, que exige uma reforma neutra do ponto de vista arrecadatário. Como antecipou o Estadão, os quatro cenários em estudo foram concebidos com a preocupação de cumprir a promessa de campanha do presidente Lula de isentar o Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil. “Eu não tomo nenhuma pressão sobre esse assunto porque há alguns critérios que o presidente faz questão que a medida tenha”, disse. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Serviços têm queda leve em agosto após atingirem recorde da série histórica, aponta IBGE

Poder Executivo | 11/10/2024 – 11h20min

O recuo de 0,4% do volume de serviços prestados no país de julho para agosto foi uma “ligeira variação negativa” e se deu após um recorde da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), afirmou o gerente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Rodrigo Lobo, responsável pela pesquisa. Na avaliação dele, a queda é circunstancial e “é muito precoce e até irresponsável” falar em reversão de trajetória do crescimento do setor em função do resultado do mês. “A gente teve dois meses de alta e agora tem uma pequena devolução. Esse decréscimo de 0,4% é frente ao ponto mais alto da série, é uma ligeira variação negativa em relação ao ápice da série histórica”, disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo terá parte do ‘dinheiro esquecido’ agora e pede que Senado resolva erro de redação em lei

Poder Executivo | 10/10/2024 – 19h48min

Por mais um problema de redação, o governo conseguirá num primeiro momento apenas parte dos R\$ 8,5 bilhões estimados com recursos esquecidos nas contas dos brasileiros a partir da semana que vem, quando essa parte da lei da compensação da desoneração da folha de pagamento entrar em vigor, no dia 16. O Estadão/Broadcast apurou que o restante dos recursos só poderá ir para o Caixa do Tesouro se houver uma mudança de redação no texto. Segundo uma pessoa que acompanha as discussões, o Ministério da Fazenda vai sugerir que a correção seja feita pelo Congresso. A possibilidade de enviar uma medida provisória (MP), como chegou a ser cogitado, foi descartada. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

TST dá posse à nova direção para o biênio 2024-2026

Poder Judiciário | 10/10/2024

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga tomou posse na quinta-feira como presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A cerimônia foi realizada no Plenário Ministro Arnaldo Süssekind, no edifício-sede do TST, em Brasília. Na mesma cerimônia também foram empossados os ministros Mauricio Godinho Delgado, como vice-presidente do TST e do CSJT, e Vieira de Mello Filho, como corregedor-geral da Justiça do Trabalho. “O ministro Aloysio terá, agora, como presidente do TST, a oportunidade de conduzir a Justiça do Trabalho rumo a novas conquistas, com soluções inovadoras para os desafios que surgirem”, destacou a ministra Maria Cristina Peduzzi ao saudar o novo presidente em nome do Tribunal. Fonte: ASCOM TST

SAÚDE

Estabelecimentos de saúde brasileiros avançam na digitalização, mas habilidade em informática aplicada à área ainda é reduzida entre os profissionais do setor, revela pesquisa

Mercado | 11/10/2024

A adoção de tecnologias da informação e comunicação (TIC) nos estabelecimentos de saúde brasileiros tem avançado nos últimos anos, mas ainda é reduzido o percentual de profissionais da área que receberam capacitação específica para lidar com as demandas surgidas do processo de transformação digital. A TIC Saúde 2024, lançada na sexta-feira (11) pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), apresenta indicadores inéditos sobre o tema. Conduzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), a 11ª edição da pesquisa mostra que apenas 23% dos médicos realizaram algum tipo de capacitação e formação na área de informática em saúde nos últimos 12 meses anteriores às entrevistas. A mesma proporção foi observada quanto aos enfermeiros (23%). Fonte: CGI.br

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Brasil deve formar e requalificar 14 milhões de profissionais até 2027

Mercado | 11/10/2024 – 15h16min

O Brasil terá que formar mais 2,2 milhões de novos profissionais e requalificar 11,8 milhões que já estão no mercado entre 2025 e 2027 para atender à demanda da indústria nos próximos três anos, somando 14 milhões de trabalhadores. A projeção - elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) - leva em conta o crescimento da economia e do mercado de trabalho. Segundo o Mapa do Trabalho Industrial, entre as áreas e profissões que mais demandarão qualificação estão: logística e transporte, construção, operação industrial, manutenção e reparação e metalmeccânica. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério do Trabalho e Emprego atualiza regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

Poder Executivo | 11/10/2024 – 11h42min

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou na quinta-feira (10) uma nova Portaria que traz definições e restrições para o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A medida busca eliminar práticas irregulares, como o rebate, que envolve o uso de descontos ou outros benefícios não relacionados à saúde e segurança alimentar dos trabalhadores. A Portaria estabelece que as empresas participantes do PAT, que possuem contratos com fornecedores de alimentação, estão proibidas de exigir ou receber descontos sobre o valor acordado ou qualquer outro benefício indireto. Caso essa regra seja desrespeitada, as empresas podem ser multadas entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil pelos auditores-fiscais do MTE. Em caso de reincidência, o valor da multa dobra, podendo levar ao cancelamento da inscrição no PAT e à perda de benefícios fiscais. Fonte: ASCOM MTE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)